



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

(Valores expressos em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL.

O MANAUSPREV, gestor do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, criado pelo Município de Manaus, através da Lei N.º 870, de 21 de julho de 2005 como Serviço Social Autônomo, alterada pela Lei N.º 1.197, de 31 de dezembro de 2007, Lei n.º 1.120 de 15 de Maio de 2007, Lei N.º 1.312, de 21 de janeiro de 2009, Lei N.º 1.346, de 07 de julho de 2009, Lei n.º 1.593, de 27 de Setembro de 2011, e acrescentada pela Lei n.º 1.453 de 26 de Abril de 2010, tendo sido aprovado seu Estatuto pelo Dec. N.º 8069, de 13/09/2005, alterado pelo Dec. N.º 9.840 de 19 de dezembro de 2008.

A Manaus Previdência – MANAUSPREV foi criada como Autarquia pela Lei n.º 1.803, de 29 de Novembro de 2013, com início de suas atividades a partir de 02 de Janeiro de 2014. Integrante da Administração Indireta da Prefeitura de Manaus, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, com objetivo de gerir o RPPS dos Servidores Públicos do Município de Manaus. Com a mudança de natureza jurídica, a Lei n.º 870/2005 foi alterada pela Lei n.º 1.804, de 29 de Novembro de 2013 e Lei n.º 2.081 de 30 de Dezembro de 2016, que altera o Art.12, Inciso VI do Art.13 e Art. 14, onde permanecem com atribuições da gestão previdenciária municipal dos quais fazem parte a massa de servidores estatutários, seus dependentes e pensionistas, sendo divididos em dois grupos: Plano Financeiro - FFIN e o Plano Previdenciário - FPREV.

I – Plano de Benefícios

1) Quanto ao Segurado:

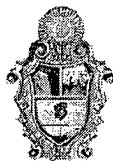
- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentadoria compulsória;
- c) Aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) Aposentadoria por idade;

2) Quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte.

A Manaus Previdência - MANAUSPREV promove a administração e a aplicação de recursos dos Planos Previdenciário e Financeiro e da Taxa de Administração, cujos função e funcionamento estão descritos a seguir:

- **Plano Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do Município de Manaus**, de natureza previdenciária e caráter permanente, atende ao pagamento dos benefícios aos segurados e seus dependentes, conforme a nova segregação de massa prevista na Lei n.º 2.081 de 30 de Dezembro de 2016;



- **Plano Financeiro de Aposentadoria e Pensões do Município de Manaus**, de natureza previdenciária e caráter temporário, atende ao pagamento dos benefícios dos segurados e seus dependentes, conforme a nova segregação de massa prevista na Lei n.º 2.081 de 30 de Dezembro de 2016;
- **Taxa de Administração**: atende à Portaria MPS 4.992/1999 art.17, § 3º, alterada pela Portaria MPS 1.348/2005, art.1º, e objetiva a manutenção das atividades administrativas, discriminando o limite de até 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados do RPPS relativas ao exercício financeiro anterior.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os novos procedimentos contábeis adotados no Brasil e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência – SPREV e Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 7ª edição, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 02 de 22 de Dezembro de 2016, complementada pela Portaria STN n.º 840, de 21 de Dezembro de 2016, bem como em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000, Portaria STN n.º 753 de 21 de Dezembro de 2012, que estabelece auxílio através das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC relativa aos Princípios de Contabilidade. Também foram analisados o Livro Contabilidade Aplicada ao RPPS – Autores Diana Vaz de Lima e Otoni Gonçalves Guimarães – 2009, Portaria MPS n.º 916/2003 atualizada pelas Portarias/MPS N.ºs 1.768/2003, 66/2005 e 95/2007, trazendo a adequação dos procedimentos contábeis dos RPPS à Lei 4.320/1964, Portaria n.º 509/2013 e Portaria STN 634/2013, art.11, que dispõe sobre a adoção do Plano de Contas – PCASP, Portaria n.º 669 de 2 de Agosto de 2018, que trata do PCASP para 2018, orientações através do § 2º, art.3º da Portaria STN 634/2013, Nota Técnica Conjunta SPPS/MPS, STN/MF n.º 001/2016, Nota Técnica n.º 11/2016/CCONF/SUCON/STN/MF-DF.

Em 2017, houve a continuidade ao alinhamento ao Decreto n.º 3.215 de 16 de Novembro de 2016, em conformidade com a Portaria STN n.º 548, de 24 de Setembro de 2016, que dispõe sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, onde determina os prazos-limites para adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais, e esta Manaus Previdência, em 2018, concluiu a implantação do Sistema Patrimonial.

Esta Manaus Previdência cumpriu o que determina a Portaria n.º 896 de 31 de Outubro de 2017, onde estabelece a periodicidade, formato e sistema relativos a disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, através da Matriz de Saldos Contábeis – MSC a partir de Julho de 2018, conforme item II, § 2º, artigo 8º.

As notas explicativas apresentadas neste relatório integram as demonstrações contábeis e fornecem informações **Qualitativas**, que são atributos que transformam as informações proporcionadas em úteis aos seus utentes. Dentre características destacam-se:

- 1) **Qualitativas Fundamentais**: a **Relevância** na qual as informações têm influências nas decisões econômicas que ajudam na avaliação dos acontecimentos passados,



presentes ou futuros e a Representação Fidedigna que descreve um fenômeno econômico em palavras e números retratando três atributos: completa, neutra e livre de erro. Vale ressaltar as características qualitativas de melhoria que auxiliam na decisão entre duas alternativas considerando sua relevância e fidedignidade;

2) Qualitativas de Melhorias: a Tempestividade onde seus utentes têm disponíveis informações para tomada de decisões em tempo hábil de forma a influenciá-los em suas decisões e Compreensibilidade, que apresentam relatórios com clareza, características e classificações precisas tornando-as compreensíveis.

Esta Autarquia é parte integrante da Administração Indireta, e considerando a necessidade de consolidação do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Manaus, todos os dados contábeis foram lançados no Sistema de Administração Financeira – AFIM, fonte para as informações contidas nesta Nota Explicativa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

É previsto no Art.102 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 07, que demonstram receitas estimadas e despesas fixadas (Resultado de autorização legislativa através da Lei Municipal n.º 2.293 de 03 de Janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Município - DOM 4.276 de 03 de Janeiro de 2018, Lei Orçamentária Anual 2018) em comparação às realizadas, respectivamente, evidenciando as receitas por categorias econômicas (Portaria STN n.º 437/2012) em confronto ao orçamento inicial e as alterações de execução demonstrando previsão inicial, atualizada, realizada e o saldo a realizar e as despesas que são apresentadas também por categorias econômicas (Portaria STN n.º 437/2012), demonstrando dotação inicial, atualizada, realizada e saldo de dotação. A diferença entre receitas arrecadadas e despesas realizadas podem apresentar resultados orçamentários superavitários (receita maior que despesa) ou deficitários (receita menor que despesa).

A Contabilidade aplicada ao setor público possui distintos enfoques no que tange aos regimes de lançamento das receitas orçamentárias. No enfoque contábil patrimonial, as receitas devem ser lançadas pelo regime de competência, atendendo ao disposto na Resolução CFC n.º 750/1993 e a 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Por outro lado, no enfoque orçamentário as receitas devem ser lançadas pelo regime de caixa, conforme sua efetiva arrecadação, em consonância com o disposto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964.

As despesas orçamentárias, por seu turno, são sempre registradas pelo regime de competência, atendendo ao comando do inciso II, art. 35, da Lei n.º 4.320/1964. Devem ser apresentadas pelos valores empenhados dentro do exercício financeiro correspondente, em moeda original e expressas em reais.

Esta Manaus Previdência apresenta em seu Balanço Orçamentário – Anexo 12:

a) Na receita, verifica-se uma arrecadação a maior no valor de R\$ 10.549.685,32 (Dez milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos), calculado pela diferença entre o total da receita arrecadada de R\$ 309.399.685,32 (Trezentos e nove milhões, trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta

uel
[assinatura]
[assinatura]



e cinco reais e trinta e dois centavos) e a receita atualizada, no valor de R\$ 295.850.000,00 (Duzentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil reais);

b) Na despesa, houve uma economia de dotação de R\$ 11.500.563,23 (Onze milhões, quinhentos mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos), calculada pela diferença entre a dotação atualizada, no valor de R\$ 310.850.000,00 (Trezentos e dez milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) e despesa empenhada, no valor de R\$ 299.349.436,77 (Duzentos e noventa e nove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos);

c) Em consonância com o disposto no art. 43, da Lei nº 4.320/1964, a abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Consideram-se recursos para fins de abertura de crédito suplementar ou especial:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de créditos autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

d) Os créditos suplementares abertos em 2018 foi através da utilização do superávit financeiro e excesso de arrecadação, a saber:

Decreto	DOM	Data da Publicação	Fonte/Fundo	Modalidade	Valor
4104	4391	29/06/2018	661/Fundo Financeiro	Superávit Financeiro	5.000.000,00
4222	4487	28/11/2018	661/Fundo Financeiro	Superávit Financeiro	10.000.000,00
TOTAL GERAL					15.000.000,00

Decreto	DOM	Data da Publicação	Fonte/Excesso	Modalidade	Valor
4257	4507	28/12/2018	261/Fundo Financeiro	Excesso de Arrecadação	13.000.000,00
TOTAL GERAL					13.000.000,00

e) Houve um destaque orçamentário concedido à Unidade Gestora 160101 – Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF para o custeio de despesas com serviços de Link de Dados com a Empresa EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA, e para o custeio de um curso com a Escola de Serviço Público Municipal - ESPI, como segue:

DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO - EYES NWHERE	2018
Portaria n.º 016/2018 – GP/Manaus Previdência (1º Sem)	34.020,90
Portaria n.º 151/2018 – GP/Manaus Previdência (2º Sem)	34.020,90

[Handwritten signatures]



DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO - ESPI	2018
Portaria n.º 017/2018 – GP/Manaus Previdência (DOM 4418 09/08/18)	1.280,00

O resultado apurado constante no Anexo 12 é um superávit orçamentário de R\$ 7.050.248,55 (Sete milhões, cinquenta mil, duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) resultante, da diferença entre o total das Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas.

Demonstrado no Anexo 2, o item de Restos a Pagar Processados, coluna Pagos, em comparação ao Anexo 13 – Balanço Financeiro, há uma diferença de R\$ 1.191,69, que é referente mudanças de procedimentos contábeis e foram utilizadas as premissas constantes na IPC 11 – Contabilização das Retenções. Assim, os restos a pagar processados são apresentados anexo foi de forma bruta, conforme:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2018
RAP PROCESSADO PAGO (ANEXO 2)	170.417,66
RETENÇÃO – CONTA 891130501	-1.191,69
RAP PROCESSADO – BALANÇO FINANCEIRO	169.225,97

As Receitas e Despesas Intra-Orçamentárias fazem parte do Balanço Orçamentário segundo MCASP 7ª edição. Estas entradas e saídas referem-se a valores recebidos e pagos entre órgãos da mesma estrutura do ente federativo integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, por isso não representam novas entradas de recursos, mas tão somente movimentação de receitas e despesas entre seus órgãos conforme quadro que segue:

RECEITAS E DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2018
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	165.282.381,69
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	715.492,85

3.2. BALANÇO FINANCEIRO

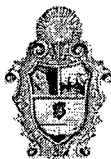
É previsto no art. 103 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 06 e apresenta Receitas e Despesas orçamentárias, recebimentos e pagamentos extraorçamentários, saldos disponíveis do exercício anterior e para o exercício seguinte. E também Quadro Detalhado dos Ingressos e Dispendios que se equilibram com os saldos financeiros do exercício anterior e do atual, incluindo os saldos das contas de aplicações a curto prazo.

Conforme Balanço Financeiro – ANEXO 13 destacam-se:

Ao final de exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas dentro do exercício financeiro são inscritos em Restos a Pagar, que se dividem em Processados e Não Processados. Observa-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF veda a realização de despesas no último ano de mandato sem que haja a respectiva cobertura financeira, conforme Art.42.

Nota 01 – As Inscritões de Restos a Pagar Processados são as despesas que passaram pelas etapas de empenho e liquidação restando a fase de pagamento, sem possibilidade de serem cancelados,

um [assinatura] [assinatura] [assinatura]



levando-se em consideração que o fornecedor de bens ou serviços realizou sua obrigação e, em contrapartida, a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagamento. A inscrição, neste exercício, foi realizada baseada na metodologia da IPC 11 – Retenções, ou seja, pelo valor líquido. Assim, destacamos por planos o quadro abaixo:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	2018
PLANO PREVIDENCIÁRIO	2.411,00
PLANO FINANCEIRO	1.393,33
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	181.281,62
TOTAL	185.085,95

Nota 02 – As Inscrições de Restos a Pagar não Processados são despesas orçamentárias empenhadas e não pagas. Registra também os Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, fase intermediária entre o empenho e a liquidação, no qual há o reconhecimento do passivo no exercício corrente, assim composto:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	2018
PLANO PREVIDENCIÁRIO	7.561,59
PLANO FINANCEIRO	1.625,85
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	687.740,68
TOTAL	696.928,12

Nota 03 – Incorporação de Saldos Financeiros representa uma nova fase de reestruturação orçamentária, financeira e contábil da Manaus Previdência. Consiste na mudança por Unidade Gestora, classificando por UG – Previdenciária, UG – Financeira e UG – Taxa de Administração.

Nota 04 – Pagamento de Restos a Pagar Processados, onde são registrados os valores líquidos pagos referentes aos restos a pagar de exercícios anteriores. Neste exercício de 2018, foram utilizadas as premissas constantes na IPC 11 – Contabilização das Retenções. Assim, os restos a pagar processados são apresentados de forma líquida, conforme detalhamento abaixo:

PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2018
PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00
PLANO FINANCEIRO	3.745,05
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	165.480,92
TOTAL	169.225,97

Nota 05 – Pagamento de Restos a Pagar Não Processados são valores pagos referentes aos restos a pagar de exercícios anteriores.

PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2018
PLANO PREVIDENCIÁRIO	5.836,51
PLANO FINANCEIRO	0,00

vel JS

du



TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	606.795,24
TOTAL	612.631,75

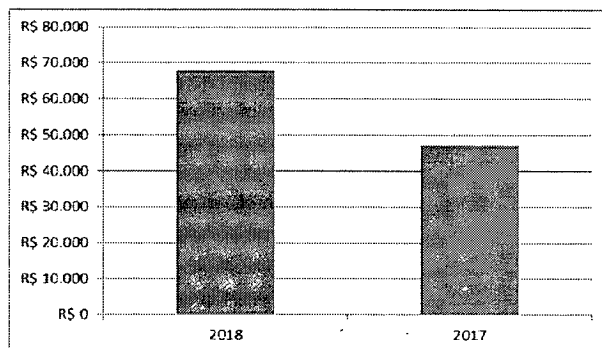
Nota 06 – Desincorporação de Saldos Financeiros representa uma nova fase de reestruturação orçamentária, financeira e contábil da Manaus Previdência. Consiste na mudança por Unidade Gestora, classificando por UG – Previdenciária, UG – Financeira e UG – Taxa de Administração.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

É previsto no art.105 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 04, onde demonstra a situação patrimonial desta Autarquia.

NOTA 1: CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA demonstram saldos de moedas em caixa ou valores em conta bancária. A conta Caixa registra valores dos recursos financeiros imediatos disponíveis e é utilizada para registrar os valores de aluguéis cobrados pelas vagas de estacionamento referentes do Edifício Garagem. A disponibilidade deste recurso é referente a movimentação do período de 28 a 30/12/2017, que será depositado na conta corrente desta Manausprev em 2018. Em se tratando das contas correntes da Caixa Econômica Federal, são valores para pagamento de consignatários retidos em folha de pagamento do mês de Dezembro de 2018, onde esta Manaus Previdência fez-se necessário a disponibilidade de recursos, cumprindo o prazo estabelecido em Contrato no item 5.1.111 da Cláusula Quinta do Termo de Convenio n.º 005/2017.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2018	2017
CAIXA	0,00	5.536,00
BANCO CONTA MOVIMENTO – P.FINANCEIRO	37.652,51	20.107,47
BANCO CONTA MOVIMENTO – P.PREVIDENCIÁRIO	24.860,10	18.462,47
BANCO CONTA MOVIMENTO – TAXA DE ADMINIST.	5.313,81	2.951,12
TOTAL	67.826,42	47.057,06



NOTA 2: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo registra os valores relativos aos créditos a receber e valores a curto prazo, em 12 meses, decorrentes de:

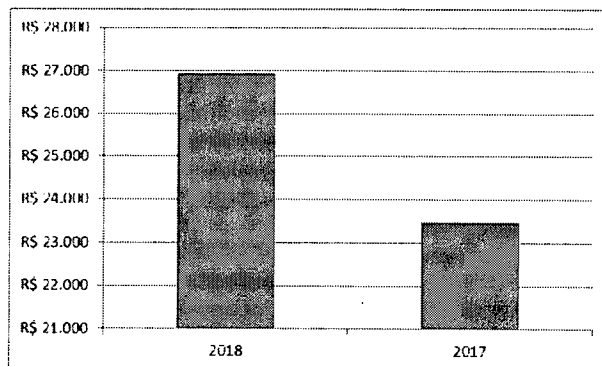
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – registra percentual (%) apurado em cima de valores contratuais discriminados

(Handwritten signatures)



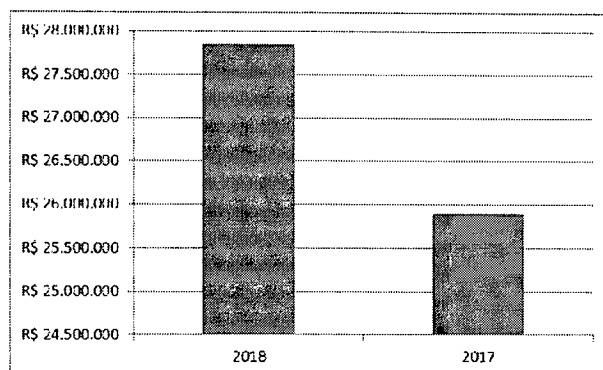
nos Termos de Contratos. São aplicados em investimentos do Banco do Brasil RF PERFIL, conforme:

CAUÇÕES – Recursos Aplicados (Saldo)	2018	2017
Amazontec	18.110,83	17.031,93
JFS	6.447,15	6.855,55
Brasilis	1.299,24	0,00
MSO – Empresa Prest Serv Taxistas Ltda-ME	665,56	0,00
TOTAL	26.931,18	23.479,08



- Créditos Previdenciários a Receber/Servidor/Patronal são créditos previdenciários inscritos pela competência referentes ao mês de Dezembro e 13º Salário do ano corrente, que deverão ser repassadas até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, conforme art.19 §1º da Lei Municipal nº 1.346/2009.

CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER	2018	2017
SERVIDOR	11.782.953,40	10.957.684,34
PATRONAL	16.067.513,74	14.942.057,61
TOTAL	27.850.467,14	25.899.741,95



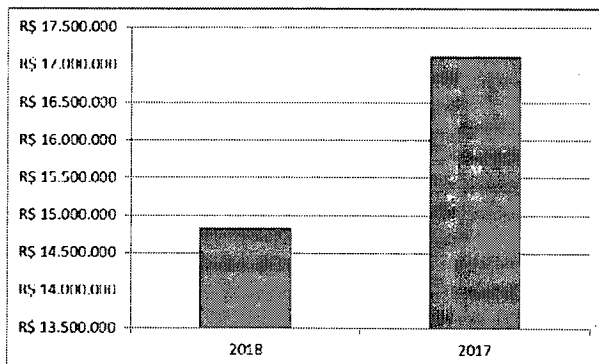
- Créditos Previdenciários Parcelados, são contribuições parte patronal parceladas conforme Termos de Reparcamentos DATAPREV. A Prefeitura Municipal de Manaus através do Ofício nº3097/2017- GS/SEMEF de 23.08.2017 solicitou repactuação dos

ver [assinaturas]



Termos de Parcelamentos, com a fundamentação da Portaria MF nº333 de 11 de julho de 2017 e consolidado com a Lei Municipal nº2.288 de 28 de dezembro de 2017.

PARCELAMENTO	REPARCELAMENTO	2018	2017
CADPREV Nº01158 - FFIN			3.299.235,60
CADPREV Nº00251 - FFIN	CADPREV n.º 1357/17	6.701.918,76	2.328.642,48
CADPREV Nº00401 - FFIN			1.897.577,40
CADPREV Nº00575 - FFIN	-	-	2.056.577,40
CADPREV Nº01180 - FFIN	CADPREV n.º 2063/17	6.924.633,30	4.621.139,04
CADPREV Nº01184 - FFIN	-	665.782,80	665.782,80
CADPREV Nº00252 - FPREV			624.494,40
CADPREV Nº00400 - FPREV	CADPREV n.º 1366/17	535.370,58	769.424,16
CADPREV Nº00574 - FPREV			859.385,88
TOTAL		14.827.705,44	17.121.908,16

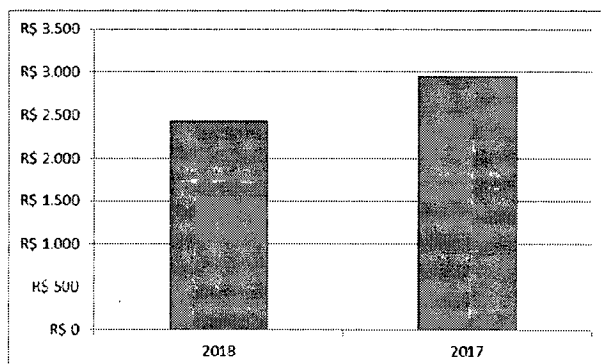


- Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários, é um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Consiste na parcela de aposentados pela Manaus Previdência que anteriormente eram segurados do RGPS e, portanto, contribuíram por algum tempo àquele regime e vice-versa. Portanto é de nossa responsabilidade o pagamento integral dos benefícios de aposentadoria e, posteriormente, das pensões por morte dela decorrentes e, de outro lado, tornam-se titulares do direito de se compensar com o RGPS relativamente aos períodos de contribuição a ele vertidos. Essa compensação está prevista na Constituição Federal e regulamentada pela Lei no 9.796/1999.

- Outros Créditos a Receber, refere-se a valores a serem restituídos e valores recolhidos a maior (em duplicidade), como segue:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	2018	2017
Decorrentes de Folha de Pagamento	-	1.121,58
Pagamentos a Regularizar	2.434,31	1.830,43
TOTAL	2.434,31	2.952,01

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

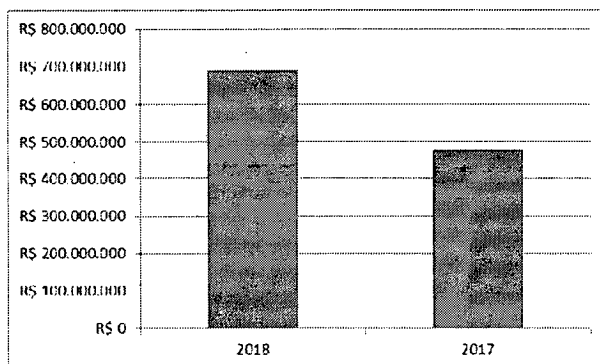


NOTA 3: Investimentos e Aplicações Temporais a Curto Prazo apresentam, contabilmente, as posições das carteiras de ativos desta Manaus Previdência, a curto prazo, através dos saldos das aplicações financeiras, assim como são utilizadas para realizar movimentações de aplicações e resgates (transferências) entre as contas de curto e longo prazo. Toda Carteira de Ativos é acompanhada pelo Comitê de Investimentos.

A Manaus Previdência encerrou o ano de 2018 com R\$ 981,6 milhões em sua carteira de investimentos, dos quais, R\$ 925,8 milhões pertencentes ao Plano Previdenciário. A evolução do patrimônio foi substancialmente impactada negativamente pela rentabilidade dos meses de maio e junho. Foram meses de grande aversão ao risco, onde investimentos de renda fixa e variável obtiveram rentabilidade negativa acentuada, sobretudo aqueles alocados em prazos mais longos. Ademais, nos meses de junho e novembro foram pagas, respectivamente, a 1ª parcela e 2ª parcelas do 13º salário aos aposentados e pensionistas, o que ocasionou desembolso adicional de recursos. Ressalte-se que o Plano Financeiro encontra-se financeiramente deficitário, ou seja, as receitas mensais arrecadadas não suprem o valor da folha de pagamento dos inativos. Nesse cenário, a evolução da carteira no fechamento do ano foi de R\$ 919,7 milhões (dez/2017) para R\$ 981,6 milhões (dez/2018).

INVESTIMENTOS A CURTO PRAZO	2018	2017
Renda Fixa – Referenciados	211.392.795,09	231.363.585,21
Renda Fixa – Títulos do Tesouro	247.001.148,63	134.565.945,65
Total Renda Fixa	458.393.943,72	365.929.530,86
Renda Variável – Fundo de Ações	143.665.149,97	81.074.520,88
Renda Variável – Multimercado	59.336.214,86	10.042.897,87
Renda Variável – Invest.em Participações	10.300.000,00	9.850.000,00
Total Renda Variável	213.301.364,83	100.967.418,75
Aplicações com a Taxa de Administração	19.896.849,50	13.702.833,18
TOTAL	691.592.158,05	480.599.782,79

[Handwritten signatures]

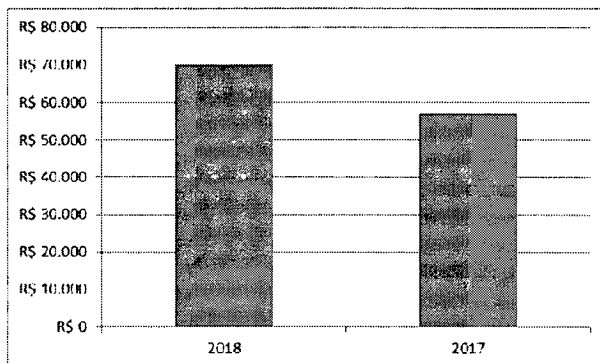
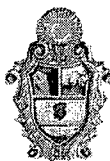


NOTA 4: No Estoque, o saldo dos valores de materiais no almoxarifado, destinados ao consumo interno desta Manaus Previdência, alcançou o montante de R\$ 69.958,52 (Sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos). O método utilizado de mensuração e avaliação das saídas do estoque é pelo preço médio ponderado, conforme Lei 4.320/64 e Resolução CFC 1.137/08, que aprova a NBTC 16.10.

O Sistema PMM – Módulo Estoque é o programa utilizado para controle de estoque em decorrência do acompanhamento realizado pela SEMEF com a Equipe da UGCM - Unidade Gestora de Compras Municipais.

ALMOXARIFADO	2018	2017
Gás Engarrafado	1.400,00	0,00
Gêneros Alimentícios	11.264,54	11.461,95
Material para Festividades e Homenagens	15.170,00	0,00
Material de Expediente	14.693,57	17.479,95
Material de Processamento de Dados	12.833,17	15.549,81
Material de Copa e Cozinha	576,84	2.717,32
Material de Limpeza e Prod.de Higiênização	76,50	859,70
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	318,40	318,40
Material Elétrico e Eletrônico	8.003,40	742,00
Material de Proteção e Segurança	38,50	44,00
Material Hospitalar	1.455,50	1.750,33
Material de Sinalização Visual	0,00	195,00
Material Gráfico	4.128,10	5.969,35
TOTAL	69.958,52	57.087,81

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



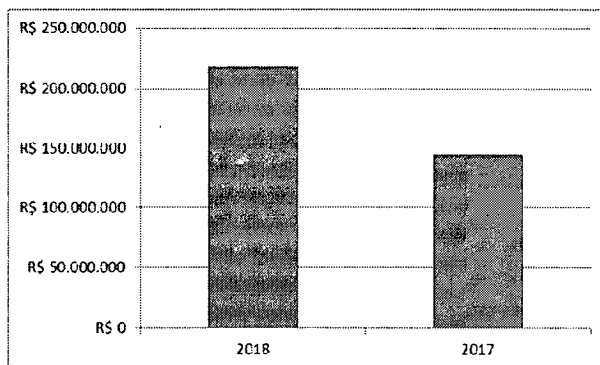
No exercício de 2018 foram realizados dois cortes para ajuste do Estoque/2018 conforme relato:

- No mês de Maio /2018, após confronto do relatório do Almoxarifado e o Inventário Físico, foi detectado uma diferença levando a necessidade de nova contagem física, e como consequência realizar o corte para ajuste contábil e regularização do mesmo. Em outubro/2018, após análise da Equipe Técnica da UGCM – Unidade Gestora de Compras Municipais foi detectado novamente uma diferença tendo como ação a recontagem física dos materiais. Diante da referida análise, a Equipe junto com a Manaus Previdência decidiram por realizar uma data de corte no Sistema PMM gerando um "Estoque Novo". Aproveitando esta ação, também foi ajustado o "fator de conversão" no qual também estava influenciando nas divergências que o Sistema apresentava. O objetivo de todo este processo é apresentar um resultado mais certo e preciso.

NOTA 5: Créditos Previdenciários Parcelados a Longo Prazo, foram registrados os valores relativos aos créditos a receber a longo prazo, decorrentes de créditos previdenciários (contribuição patronal) parcelados.

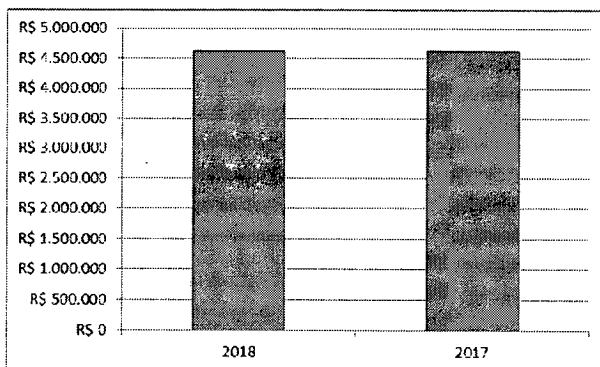
PARCELAMENTO	2018	2017
CADPREV Nº01158 - 30/04/2013 - FFIN		47.563.979,90
CADPREV Nº00251 - 01/04/2016 - FFIN	98.853.301,71	5.239.445,58
CADPREV Nº00401 - 30/05/2016 - FFIN		4.584.963,80
CADPREV Nº00575 - 25/07/2016 - FFIN		5.312.824,95
CADPREV Nº01180 - 20/05/2013 - FFIN	102.138.336,75	66.621.421,16
CADPREV Nº01184 - 27/04/2013 - FFIN	8.932.585,90	9.598.368,70
CADPREV Nº00252 - 01/04/2016 - FPREV		1.405.112,40
CADPREV Nº00400 - 29/05/2016 - FPREV	7.896.720,48	1.859.441,72
CADPREV Nº00574 - 22/07/2016 - FPREV		2.220.080,19
TOTAL	217.820.944,84	144.405.638,40

ent
[Assinaturas]



NOTA 6: Demais Créditos e Valores a Longo Prazo demonstram valores conforme documento DECISÃO N.º 163/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO, de que trata da Procedência e Alcance. Na Manaus Previdência foi aberto o Processo n.º 2017.17848.17852.0.002694 (Volume 1) para dar conhecimento e registro conforme decisão do Tribunal e, conforme recomendação constada em Ata do Conselho Fiscal (COFIS) e Conselho Municipal de Previdência (CMP).

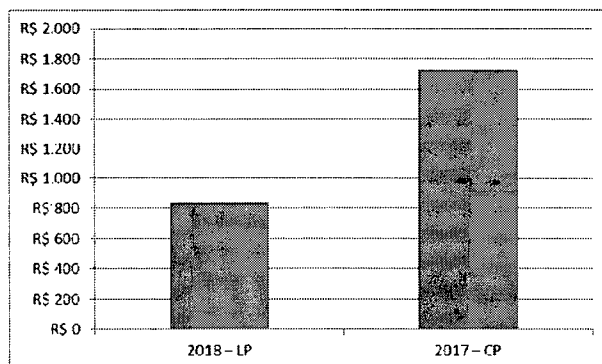
DEMAIS VALORES A LONGO PRAZO	2018	2017
Crédito a Receber decorrente de Tomada de Contas Especial	4.639.535,76	4.639.535,76
TOTAL	4.639.535,76	4.639.535,76



NOTA 7: Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente LP registram valores de assinaturas de periódicos que estão registrados em restos a pagar, e transferidos para Longo Prazo neste exercício de referência.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PAGAS ANTEC	2018 – LP	2017 – CP
Assinaturas de Periódicos	840,00	1.728,00
TOTAL	840,00	1.728,00

unf [assinaturas]



NOTA 8: Títulos e Valores Mobiliários: Partindo do pressuposto que o mercado financeiro brasileiro passaria por períodos de alta volatilidade ocasionada, sobretudo, pelo período eleitoral, o Comitê de Investimentos decidiu no início de 2018 reduzir a exposição em fundos de prazos mais longos, alocando esses recursos em fundos mais conservadores e que possuem papéis com vencimentos mais curtos. Tal medida reduz o risco de rentabilidade negativa, reduzindo a volatilidade média da carteira. Ainda em janeiro, e com o mesmo fundamento racional supracitado, o Comitê decidiu vender os títulos públicos federais que possuíam vencimentos mais longos e que não garantiam rentabilidade mínima igual à meta atuarial.

No que diz respeito aos “fundos problemáticos” a Manaus Previdência possui em sua carteira de investimentos 13 (treze) fundos de investimentos que estão fechados para resgates por não possuírem recursos em caixa. Na maioria dos casos, os fundos adquiriram títulos de crédito que não foram honrados por seus devedores e coobrigados. A gestão de todos esses fundos foi repassada às novas instituições, que atualmente buscam recuperar os valores investidos através, inclusive, de ações judiciais.

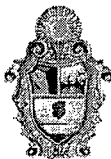
Importante destacar que as aplicações nesses fundos foram realizadas durante o período da gestão municipal passada – de 2008 a 2012. Com o início da atual gestão, outros 3 (três) fundos problemáticos foram totalmente resgatados e parte dos recursos investidos nos demais fundos problemáticos já foram recuperados. Do total da carteira de investimentos, 8,49% (R\$ 83,3 milhões) estão aplicados em fundos problemáticos. Em 2012, os fundos problemáticos representavam mais de 50% da Carteira de Investimentos.

Em 2018, a Manaus Previdência recuperou R\$ 8,7 milhões oriundos do Fundo Recuperação Brasil (anteriormente denominado Diferencial), R\$ 629.000,00 referentes à liquidação do FIP Patriarca, R\$ 918.000,00 foram recuperados do FIDC Itália, e ainda, outros R\$ 331.000,00 foram recebidos dos FIDC's BVA Master I e II, totalizando R\$ 10.578.000,00 recuperados.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2018	2017
Aplicações em Ativos em Enquadramento	290.013.590,40	439.133.288,00
TOTAL	290.013.590,40	439.133.288,00

A Manausprev foi cotista, até agosto deste ano, do Patriarca Private Equity Fundo de Investimento em Participação, CNPJ 12.197.527/0001-37, no qual detinha 6,02% do total de cotas do fundo. O investimento foi realizado em setembro de 2010, no valor de R\$ 19.999.999,99. Naquela oportunidade, o regulamento do fundo previa que sua duração seria de 8 anos, com término em julho/2018.

uei *[Assinaturas]*



Outra característica importante do FIP Patriarca versa sobre sua Política de Investimentos, que admitia apenas aquisição de ações do Banco BVA.

Em 19 de junho de 2013, por meio do Ato do Presidente nº 1.251, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco BVA S.A. fazendo referência ao comprometimento da situação econômico-financeira da entidade e a grave violação das normas que disciplinam sua atividade, atestando a existência de passivo a descoberto e a inviabilidade de normalização dos negócios da empresa.

Com isso, o valor referente às ações do BVA foi objeto de provisão contábil da ordem de 100%, impactando negativamente o valor das cotas do fundo.

Em abril de 2015 a Manaus Previdência ajuizou ação indenizatória pedindo o ressarcimento do montante aplicado corrigido monetariamente e com a incidência de juros de 1% ao mês.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas iniciada em 13 de julho de 2018 e encerrada no dia 20 de julho de 2018, foi votada a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo. Cotistas que representavam 47% das cotas do fundo deliberaram por prorrogar o prazo do fundo por mais um ano. Porém, conforme dispõe §1º do artigo 1º do Regulamento do Fundo, o quórum necessário para aprovação seria a maioria das cotas. Sendo assim, a matéria foi reprovada, resultando na liquidação do fundo.

Em 08 de agosto do exercício corrente, A Manaus Previdência recebeu o valor de R\$ 629.769,98, referente ao resgate da parte líquida do fundo, que possui naquela data cerca de R\$ 10 milhões em caixa.

No último dia 10 de agosto, a Planner, administradora do fundo, emitiu comunicado à Alvarez & Marsal Administração Judicial, responsável pela administração da massa falida, informando a relação de cotistas do FIP e solicitando as providências necessárias à transmissão da propriedade das ações do BVA à cada um dos cotistas.

No dia 25 de outubro, a Manaus Previdência recebeu as ações correspondentes à sua participação no fundo, conforme Termo de Transferência (anexo) assinado pelo Sr. Silvino Vieira Neto, Diretor-Presidente desta autarquia. A quantidade de ações recebidas foi proporcional à quantidade de cotas que a Manaus Previdência possuía, conforme tabela abaixo:

Quantidade de Ações	% de Participação	Total de Ações Recebidas
71.663852	6,02%	4.314.164

Tendo em vista, trata-se de Massa Falida do Banco BVA que não há negociações dessas ações no mercado. Não há valor econômico algum a ser precificado às ações, visto estar claro que os bens pertencentes à massa falida sequer arcarão com o passivo que o BVA possui.

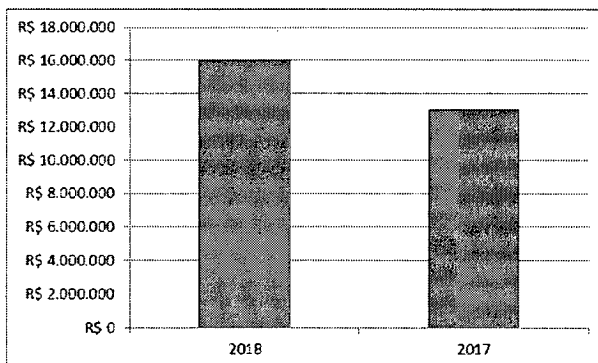
NOTA 09: Aplicação em Segmentos de Imóveis apresentam os Bens Imóveis para Investimento, produtos decorrentes de Doações efetivadas pelo IMPAS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social, no valor inicial de R\$ 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil reais), imóvel localizado à Rua Luiz Antony, e IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano, no valor de R\$ 6.500.000,00 (Seis milhões e quinhentos mil reais), Imóvel Edifício

uei
SS
dui



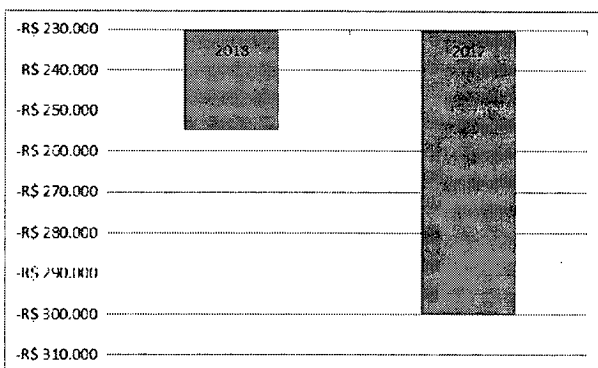
Garagem. Os imóveis foram reavaliados em 2018 por Empresa Especializada (de acordo com a Portaria MPS nº 402 de 10 de dezembro de 2008, art. 16).

APLICAÇÕES EM SEGMENTOS DE IMÓVEIS	2018	2017
Imóvel Doador – Rua Luiz Antony, 115-Centro	1.035.000,00	1.035.000,00
Imóvel Doador – Rua Floriano Peixoto, 134-Centro	15.000.000,00	12.000.000,00
TOTAL	16.035.000,00	13.035.000,00



NOTA 10: Na Depreciação Acumulada de Propriedades para Investimentos, manteve-se a desvalorização no Imóvel do Edifício Garagem conforme Relatório de Reavaliação de Imóveis realizado em 2018.

DEPRECIACÃO DE IMÓVEIS	2018	2017
Imóvel Doador – Rua Luiz Antony, 115-Centro	(255.000,00)	-
Imóvel Doador – Rua Floriano Peixoto, 134-Centro	-	(300.000,00)
TOTAL	(255.000,00)	(300.000,00)



NOTA 11: Os Bens Móveis são bens corpóreos adquiridos para manutenção da entidade e passíveis de remoção. São registrados pelo custo de aquisição e tombados pela data do atesto.

O Setor de Patrimônio, juntamente com a Comissão Setorial de Patrimônio (Portaria n.º 025/2019 – GP/Manaus Previdência publicada no Diário Oficial do Município – DOM n.º 4538 de 13 de Fevereiro de 2019, retroativo a 26/06/2018), continuou com as análises dos três processos administrativos abertos com objetivo de atender o

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



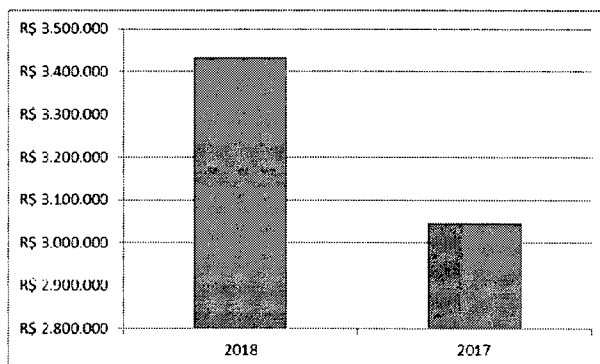
cronograma do Decreto Municipal n.º 3.215 de 16 de Novembro de 2015, conforme segue quadro demonstrativo abaixo:

PROCESSOS BENS MÓVEIS	DESCRIÇÃO
Processo n.º 2016/17848/17852/00009	Relação de Bens Patrimoniais tombados e não localizados
Processo n.º 2016/17848/17852/00010	Relação de Bens da Obra não tombados
Processo n.º 2016/17848/17852/00011	Relação de Bens Patrimoniais Inservíveis

Em 2018, foi concluído a implantação do Sistema PMM – Módulo Patrimônio, em atendimento ao Decreto n.º 849 de 20 de Abril de 2011, publicado no Diário Oficial do Município – DOM n.º 2671 de 25 de Abril de 2011, alterado pelo Decreto 2.795 de 21 de Maio de 2014, publicado no Diário Oficial do Município – DOM n.º 3414 de 21 de Maio de 2014. A Comissão Setorial trabalhou para alinhar o inventário físico com o contábil junto ao sistema PMM, concluindo a inserção de dados, depreciação e o fechamento dos exercícios de 2005 a 2018, restando para a conclusão os processos mencionados acima. No fim do exercício houve a contratação da empresa especializada com início dos trabalhos em 2019.

BENS MÓVEIS	2018	2017
Aparelhos de Comunicação	82.507,98	82.507,98
Aparelhos, Equip. e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	1.000,65	1.000,65
Aparelhos e Utensílios Domésticos	2.618,60	2.618,60
Coleções e Materiais Bibliográficos	8.738,62	8.165,62
Equip. de Proteção, Segurança e Socorro	17.326,00	17.326,00
Instrumentos Musicais e Artísticos	2.353,40	2.353,40
Máquinas e Equip. de Natureza Industrial	995,50	995,50
Máquinas e Equipamentos Energéticos	467.975,97	447.934,41
Equipamentos de Foto, Vídeo e Som	41.121,20	37.472,20
Equipamentos de Processamento de Dados	1.234.561,35	1.062.446,75
Máquinas e Equipamentos Gráficos	1.287,90	1.007,90
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	414.606,25	390.869,47
Máquinas e Utensílios de Escritório	16.725,23	16.725,23
Mobiliário em Geral	964.573,34	797.275,34
Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	174.252,76	174.252,76
Softwares	2.397,00	2.397,00
TOTAL	3.433.041,75	3.045.348,81

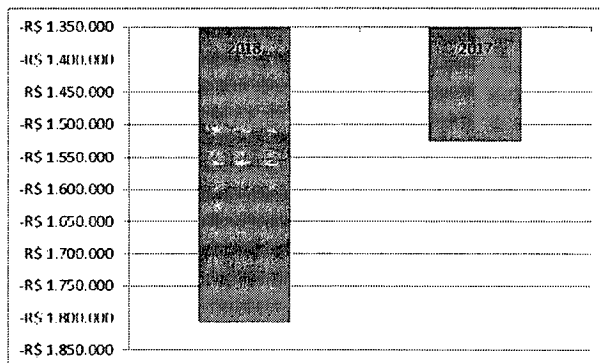
[Handwritten signatures]



NOTA 12: A Depreciação Acumulada de Bens Móveis foi realizada no ativo imobilizado no decorrer de sua vida útil e mensalmente conforme MCASP 7ª Edição. O método de depreciação utilizado é o de cotas constantes. Em continuidade aos trabalhos realizados pela Comissão Setorial de Patrimônio junto a SEMAD, neste exercício de 2018, apresentamos 100% a depreciação acumulada pelo Sistema PMM – Módulo Patrimônio em atendimento ao Decreto Municipal n.º 3.215 de 16 de Novembro de 2015, conforme:

DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS	2018	2017
Deprec - Aparelhos de Comunicação	36.345,43	30.808,23
Deprec - Aparelhos, Equip.e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	384,00	330,59
Deprec - Aparelhos e Utensílios Domésticos	2.035,51	1.864,63
Deprec - Coleções e Materiais Bibliográficos	6.114,15	5.528,81
Deprec - Equip. de Proteção, Segurança e Socorro	13.495,95	12.724,65
Deprec - Instrumentos Musicais e Artísticos	810,42	704,52
Deprec - Máquinas e Equip. de Natureza Industrial	491,68	446,90
Deprec - Máquinas e Equipamentos Energéticos	216.243,93	176.285,13
Deprec - Equipamentos de Foto, Vídeo e Som	23.171,33	20.716,87
Deprec - Equipamentos de Processamento de Dados	797.930,20	684.327,37
Deprec - Máquinas e Equipamentos Gráficos	773,53	713,02
Deprec - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	186.236,46	156.109,81
Deprec - Máquinas e Utensílios de Escritório	9.001,81	7.669,46
Deprec - Mobiliário em Geral	423.574,23	352.283,82
Deprec - Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	90.676,03	74.993,29
Deprec - Softwares	934,83	719,10
TOTAL	(1.808.219,49)	(1.526.226,20)

wey AS



Na Manaus Previdência, o controle do Patrimônio é realizado pela SEMAD, por meio do sistema PMM, que armazena o registro dos bens móveis e realiza o cálculo da depreciação acumulada.

O sistema PMM gera vários arquivos para o controle do Patrimônio, no entanto, os relatórios de depreciação acumulada possuem divergências de arredondamentos, de modo que seus totais não são exatos.

Esses problemas já foram relatados à SEMAD por e-mail e em reuniões, entretanto a falha no sistema persiste.

Essa falha pode ser observada na comparação entre o "Relatório Sintético de Inventário de Bens Móveis" e o "Inventário Físico Financeiro de Bens Patrimoniais Permanentes", que apresentam uma diferença de 0,20 (vinte centavos), conforme abaixo:

SISTEMA PMM – SEMAD	
Relatório Sintético de Inventário de Bens Móveis – Coluna Depreciação Acumulada	1.808.219,49
Inventário Físico Financeiro de Bens Patrimoniais Permanentes – Coluna Depreciação Acumulada	1.808.219,69
Diferença Apresentada	0,20

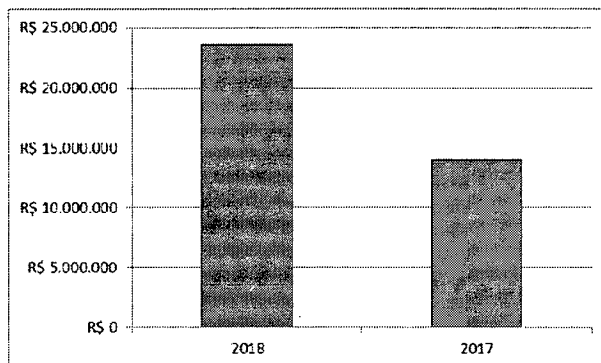
O setor contábil desta Manaus Previdência realiza o acompanhamento da depreciação acumulada por meio de planilha eletrônica, a qual confere com o "Relatório Sintético de Inventário de Bens Móveis" e o "Relatório Analítico de Inventário de Bens Móveis" no valor de R\$ 1.808.219,49, sendo este o valor contabilizado no balancete do órgão.

Impende ressaltar que essa diferença entre os relatórios é considerada aceitável, tendo em vista os arredondamentos das casas decimais e a quantidade de bens depreciados, contudo estamos em contato com a SEMAD para que os problemas sejam sanados e os valores exatos.

NOTA 13: Os Bens Imóveis representam o prédio Sede da Manaus Previdência. O terreno foi adquirido em 2010 e a construção e ampliação da sede realizado em 2012 pela Construtora Almeida Ltda. A reavaliação foi realizada em 2018 por Empresa Especializada (de acordo com a Portaria MPS nº 402 de 10 de dezembro de 2008, art.16), conforme segue:

DEPRECIÇÃO DE IMÓVEIS	2018	2017
Imóvel Comercial Adquirido, onde funciona a Sede da Manausprev, localizada a Av. Constantino Nery, 2480 - Chapada	18.145.000,00	9.090.000,00
Reforma e Ampliação – Edifícios	737.000,00	4.996.626,70
TOTAL	23.700.000,00	14.086.626,70

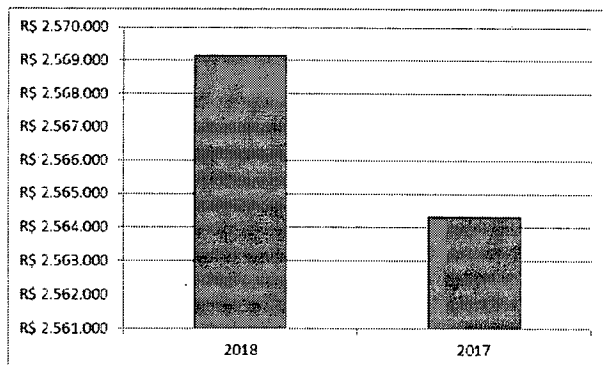
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



NOTA 14: A Depreciação Acumulada de Bens Imóveis a desvalorização no Imóvel da Sede da Manaus Previdência, se manteve até 2017, conforme último Relatório de Reavaliação de Imóveis realizado pela Caixa Econômica Federal – CEF, em 2015. Com a reavaliação realizada em 2018, o cenário é favorável a esta Manausprev, apresentando uma valorização.

NOTA 15: Os Bens Intangíveis são bens incorpóreos que objetivam a manutenção da Autarquia. A Amortização de Bens Intangíveis está em trabalho na implantação no Sistema PMM – Módulo Patrimônio, em observância ao atendimento disposto no Decreto Municipal n.º 3.215 de 16 de Novembro de 2015.

INTANGÍVEL	2018	2017
Software	2.569.156,85	2.564.364,85
TOTAL	2.569.156,85	2.564.364,85



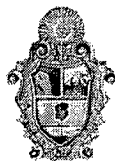
NOTA 16: Compensação Financeira entre Regimes de Previdência registra os valores a repassar ao RGPS a título de compensação que totaliza R\$ 1.625,85, equivale a 5 (cinco) parcelas de R\$ 541,95 (Quinhentos e quarenta e um mil, noventa e cinco reais).

NOTA 17: Encargos Sociais a Pagar correspondem às obrigações do PASEP (1% da receita arrecadada), que é essencial à continuidade da prestação de serviços e atividades operacionais, registrados pela competência no valor de R\$ 156.024,09 (Cento e cinquenta e seis mil, vinte e quatro reais e nove centavos).

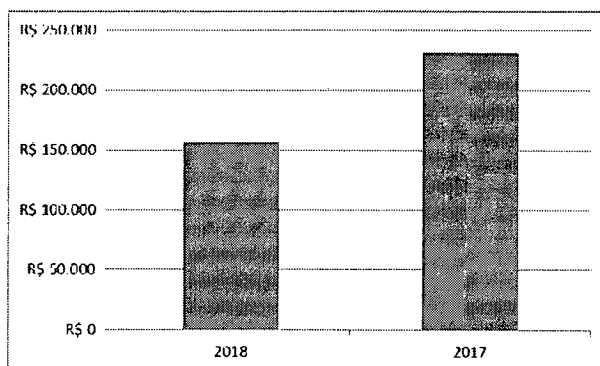
uef

JS

quef

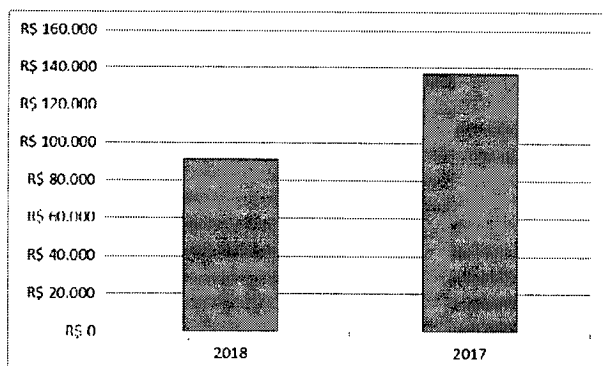


ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2018	2017
Inss	-	78.429,18
Pasep	156.024,09	153.107,00
TOTAL	156.024,09	231.536,18



NOTA 18: Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são despesas referentes a contratos de fornecedores e empresas concessionárias de serviços público essenciais ao serviço operacional, destacam-se:

FORNECEDORES NACIONAIS	2018	2017
Fornecedores a Pagar	91.441,72	137.537,01
TOTAL	91.441,72	137.537,01



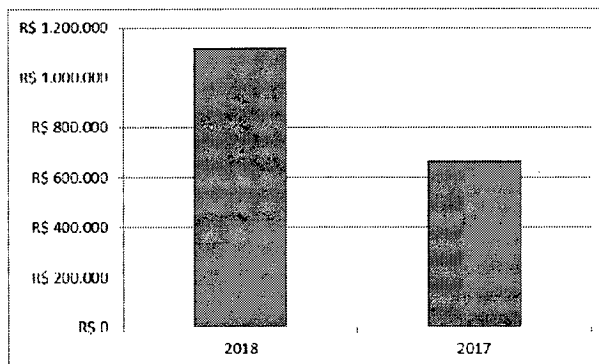
NOTA 19: Provisões a Curto Prazo são valores referentes a provisões de folha de pagamento, incluindo encargos. Assim sendo:

PROVISÕES A CURTO PRAZO	2018	2017
13º Salário	559.736,00	250.376,37
Férias	399.712,14	287.628,11
INSS s/13º Salário	34.251,97	34.013,37
FGTS s/13º Salário	968,69	3.213,52
PIS s/13º Salário	5.597,36	4.206,60
PIS s/Férias	3.997,12	2.876,28
INSS s/Férias	20.414,38	16.496,76
FGTS s/Férias	451,24	0,00

ver [assinaturas]



Manausprev s/Férias	45.374,97	32.177,02
Manausprev s/13º Salário	48.709,16	33.007,48
TOTAL	1.119.213,03	663.995,51



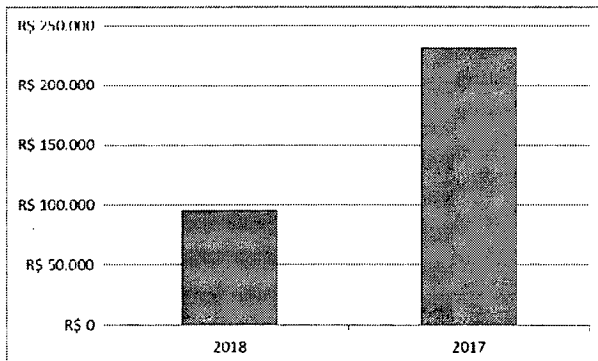
NOTA 20: As Demais Obrigações a Curto Prazo são valores referentes a impostos e encargos sociais a recolher pelo regime de competência, do exercício de referência. Assim sendo:

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CP	2018	2017
VALORES RESTITUÍVEIS	95.965,30	231.798,11
<u>Consignações</u>		
IRRF	0,00	20.207,70
INSS/CLT	0,00	6.207,34
Manausprev	0,04	406,27
Pensão Alimentícia	0,00	5.984,27
Associações e Sindicatos	446,34	51.306,64
Bancos – Empréstimos	67.448,87	105.645,74
Retenções – Hospitais e Clínicas	0,00	869,63
FUNSERV – Manausmed	0,00	15.054,04
INSS – Fornecedores	0,00	1.475,76
IRRF – PF/PJ	109,06	536,79
ICMS Fornecedores	232,96	0,00
ISS – PF/PJ	50,02	192,80
Fundo Social de Solidariedade	135,09	0,00
Fumiprec	611,74	432,05
Total	69.034,12	208.319,03
<u>Depósitos não Judiciais</u>		
Depósitos e Cauções	26.931,18	23.479,08
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	109,94	110,23
Indenizações e Restituições Diversas de Exercícios Anteriores	109,94	110,23

104 105 106



TOTAL	96.075,24	231.908,34
-------	-----------	------------



NOTA 21: Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo

Prazo: O Passivo Atuarial, outra denominação para as provisões matemáticas, representa as obrigações da Manaus Previdência no âmbito atuarial. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC), que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros.

Na data-base Dezembro/17, a RMBaC e RMBC do Fundo Previdenciário, foi de R\$ 202.723.977,22 e R\$ 674.549.474,80, respectivamente. Sendo assim, o Passivo Atuarial foi de R\$ 877.273.452,02, que confrontado com um Ativo Real Líquido de R\$ 894.948.022,51, acarretou em um superávit de R\$ 17.674.570,49.

Na data-base Dezembro/18, a RMBaC passou para R\$ 265.894.904,82 e o RMBC para R\$ 678.518.368,15, gerando um Passivo Atuarial de R\$ 944.413.272,97, que confrontado com um Ativo Real Líquido de R\$ 959.110.879,81, acarretou em um superávit de R\$ 14.697.606,84. É importante, ainda, ressaltar algumas informações:

- Em virtude do superávit atuarial de R\$ 14.697.606,84, a Manaus Previdência se encontra em equilíbrio atuarial, conforme o disposto no Art. 1º da Lei nº 9.717/98. Tal equilíbrio é de extrema importância, pois é uma das condições necessárias para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), conforme Inciso II do Art. 5º da Portaria MPS nº 204/08.

- O Índice de Cobertura (IC), que representa o percentual dos compromissos da instituição (reservas matemáticas) que estão cobertos pelos ativos financeiros, é 1,02. Logo, está dentro do parâmetro previsto no Inciso I do Art. 25 da Portaria MPS nº 403/08, que dispõe sobre revisão do plano de custeio.

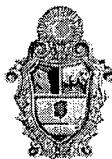
- O Índice de Resultado (IR), que representa o percentual do saldo do balanço atuarial (superávit atuarial ou déficit atuarial) em relação aos ativos, financeiros, é 1,53%.

- O Índice de Solvência (IS), que representa a capacidade do RPPS em cumprir com as suas obrigações para com servidores ativos após ter cumprido com suas obrigações para com os aposentados e pensionistas, é 105,53%.

Os quatro pontos supracitados indicam que a Manaus Previdência é um RPPS sustentável.

No que tange o FFIN percebe-se que os cenários de Dez/17 e Dez/18 são semelhantes, isto é, as Provisões Matemáticas foram idênticas ao Ativo Real Líquido do Fundo (no caso de 2018: R\$ 278.939.649,17). Isto é natural, uma vez que o FFIN é um fundo em extinção (conforme § 2º do Art. 20 da Portaria MPS nº 403/2008), logo, todo Ativo Real Líquido será contrapartida para pagamento de benefícios e o restante das obrigações previdenciárias ficará a cargo do tesouro, que está representado pela Conta Cobertura de Insuficiência Financeira.

uei
ASB
Que



RESERVA MATEMÁTICA	2018	2017
Ativo		
(1) Ativo - Plano Financeiro	54.723.090,25	57.499.001,74
Parcelamento De Débitos Previdenciários – CP	14.292.334,56	14.868.603,72
Parcelamento De Débitos Previdenciários – LP	209.924.224,36	138.921.004,09
(2) Ativo - Plano Previdenciário	950.678.788,45	887.210.083,76
Parcelamento De Débitos Previdenciários – CP	535.370,88	2.253.304,44
Parcelamento De Débitos Previdenciários – LP	7.896.720,48	5.484.634,31
Total Do Ativo	1.238.050.528,98	1.106.236.632,06
Passivo		
Plano financeiro		
(3) Provisões de Benefícios Concedidos	54.723.090,25	57.499.001,74
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benef.do plano	4.712.076.432,75	3.803.719.143,73
(-) Contribuições do ente	-	-
(-) Contribuições do aposentado	94.969.361,02	65.735.030,30
(-) Contribuições do pensionista	3.430.136,01	1.269.896,03
(-) Cobertura de insuficiência financeira	4.558.953.845,47	3.679.215.215,66
(4) Provisões de Benefícios a Conceder	224.216.558,92	153.789.607,81
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benef.do plano	17.950.589.059,78	18.649.982.554,62
(-) Contribuições do ente	5.279.636.558,89	1.017.252.691,41
(-) Contribuições do servidor	1.068.602.726,25	721.921.264,88
(-) Compensação previdenciária	-	-
(-) Cobertura de insuficiência financeira	11.378.133.215,72	16.757.018.990,52
Plano previdenciário		
(5) Provisões de Benefícios Concedidos	678.518.368,15	674.549.474,80
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benef.do plano	693.987.208,40	689.010.091,82
(-) Contribuições do ente	-	-
(-) Contribuições do aposentado	7.537.332,51	6.432.357,37
(-) Contribuições do pensionista	7.931.507,74	8.028.259,65
(-) Compensação previdenciária	-	-
(-) Aportes Financ.para Cobertura do déficit atuarial	-	-
(6) Provisões de Benefícios a Conceder	265.894.904,82	202.723.977,22
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benef.do plano	777.087.604,18	688.653.470,72
(-) Contribuições do ente	260.269.818,67	264.083.045,64
(-) Contribuições do servidor	212.068.500,48	187.413.774,32
(-) Compensação previdenciária	38.854.380,21	34.432.673,54
(7) Plano de Amortização	-	-
(8) Prov.Atuariais para ajustes do Plano Financeiro	-	-
(9) Provisões Atuariais para ajustes do Plano Previd.	14.697.606,84	17.674.570,49
(+) Ajustes de Resultado Atuarial Superavitário	14.697.606,84	17.674.570,49

NOTA 22: Valores Restituíveis Longo Prazo são valores referentes a impostos e encargos a recolher de exercícios anteriores, até 2017. Os referidos valores foram transferidos para Longo Prazo de acordo com a solicitação contida na 4ª Ata do Conselho Fiscal, de 14 de Agosto de 2018, da Manaus Previdência. Assim sendo:

DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	2018	2017
RPPS – Retenções Sobre Vencimentos e Vant.	260,73	0,00

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



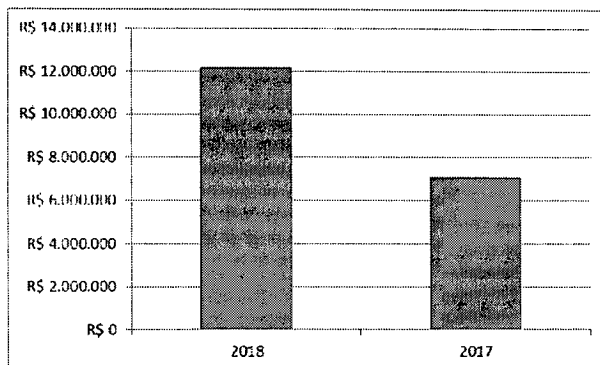
INSS	5.623,89	0,00
IRRF	20.207,70	0,00
Pensão Alimentícia	5.984,27	0,00
Retenções – Entidades Repres.de Classe	41.675,31	0,00
Retenções – FUNSERV/MANAUSMED	15.054,04	0,00
INSS – Fornecedor	1.475,76	0,00
IRRF PJ/PF	496,35	0,00
ISS – PF/PJ	58,00	0,00
Fumipeç	432,05	0,00
TOTAL	91.268,10	0,00

NOTA 23: Provisões de Perdas Judiciais são referentes aos processos judiciais em que a Manaus Previdência - MANAUSPREV é parte, integrando o polo passivo da ação. São valores cujos segurados pretendem receber a título de concessão e revisão de benefícios previdenciários bem como pagamentos retroativos, e são discutidos judicialmente. Neste exercício de 2018, os valores registrados foram de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 25:

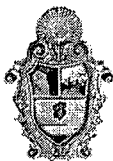
PROVISÕES DE PERDAS JUDICIAIS	2018	2017
Provisões para Perdas Judiciais até 60%	7.478.389,07	4.138.148,87
TOTAL	7.478.389,07	4.138.148,87

NOTA 24: Outras Reservas são valores referentes às reservas constituídas com as sobras do custeio administrativo (Taxa de Administração) decorrentes da realização de despesas correntes e de capital necessárias ao funcionamento do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social. Assim, conforme disposto no Livro Contabilidade Aplicada ao RPPS/MPS e Portaria 402/2008, art.15 – III, segue registro:

RESERVA DO RPPS	2018	2017
2016	3.480.628,26	3.480.628,26
2017	3.596.840,94	3.596.840,94
2018	5.121.670,41	-
TOTAL	12.199.139,61	7.077.469,20

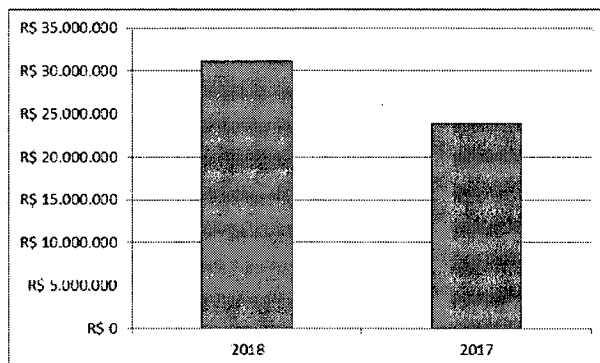


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



NOTA 25: Resultados Acumulados são apresentados valores na situação patrimonial líquida da Autarquia, já refletida a Avaliação Atuarial, com seus direitos, e os custos dos Planos de Benefícios a valor presente em contrapartida às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, dentre outras. O Ajuste de Exercícios Anteriores referem-se as reversões de depreciações de exercícios anteriores.

RESULTADOS ACUMULADOS	2018	2017
Resultado do Exercício	7.350.013,70	1.717.429,44
Resultado de Exercícios Anteriores	23.954.591,14	21.039.352,96
Ajuste de Exercícios Anteriores	4.881,39	1.197.808,74
TOTAL	31.309.486,23	23.954.591,14

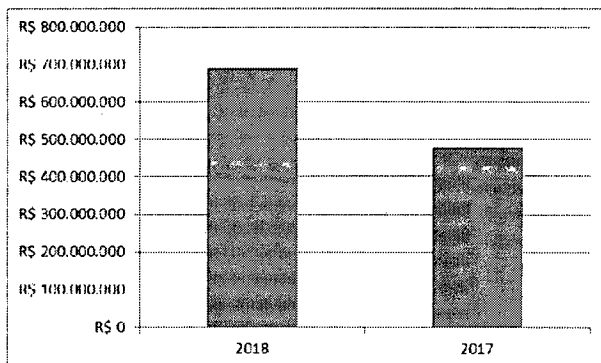
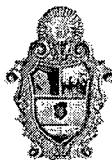


NOTA 26: Quadro de Contas de Compensações registra o controle das contas do grupo 8 – controle de credores. Neste exercício de 2018, esta Autarquia realizou a análise e registro dos contratos apresentando dentro do Sistema Afim um controle de saldo e valores executados.

NOTA 27: Quadro Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro é apurado no exercício para abertura de créditos suplementares ou especiais no exercício seguinte, em conformidade com o artigo n.º 43 da Lei 4320/64, e registrado no Balanço Patrimonial. A referida apuração é realizada por vinculação de recursos (por Unidade Gestora), conforme disposto parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

DEMONSTRATIVO SUPERÁVIT/DÉFICIT	2018	2017
Plano Previdenciário	635.874.302,05	427.406.179,58
Plano Financeiro	35.813.746,64	39.347.395,63
Taxa de Administração	19.644.512,62	12.520.566,87
TOTAL	691.332.561,31	479.274.142,08

[Handwritten signatures]

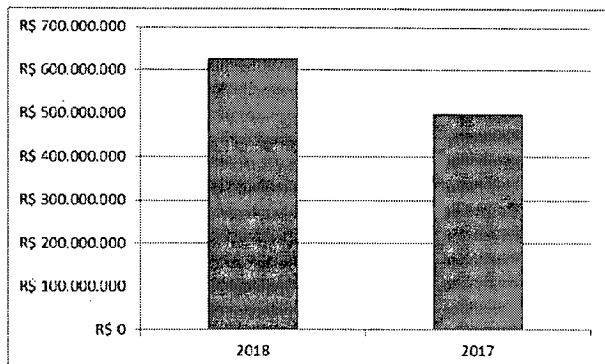


3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É previsto no art.104 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, onde demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ou seja, demonstram as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio desta Autarquia, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

NOTA 1. Contribuições Sociais apresentam valores referentes às receitas de contribuições, incluindo contribuições do segurado e outras contribuições sociais e intra-orçamentários.

CONTRIBUIÇÕES	2018	2017
Contribuição do Segurado ao RPPS	319.131.680,62	207.560.991,22
(-) Restituições	(987.879,19)	(1.722,23)
Outras Contribuições Sociais	1.464.039,10	1.701.244,22
Contribuições Sociais - RPPS - Intra.	308.042.233,04	291.745.750,63
TOTAL	627.650.073,57	501.006.263,84

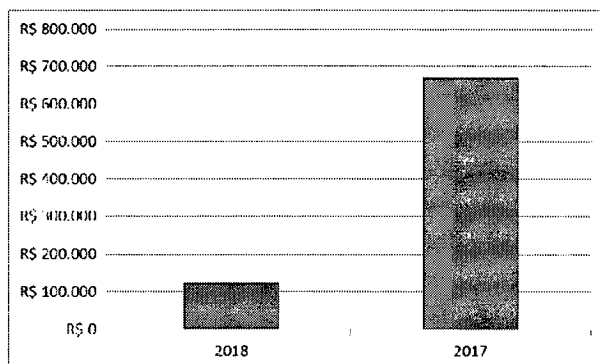


NOTA 2. A Exploração de Bens, Serviços e Direitos apresentam valores referentes ao aluguel de vagas de estacionamento. Nesta conta é demonstrada, pela análise horizontal, uma redução de – 81,42% (conforme análise horizontal) em relação ao exercício anterior devido fechamento do Edifício Garagem, não havendo mais arrecadação.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

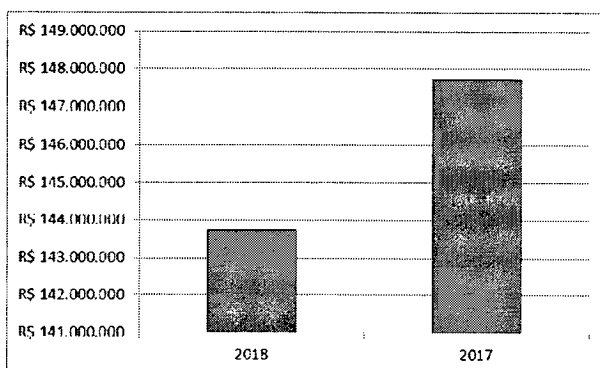


EXPLORAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2018	2017
Aluguéis Manausprev- Contratos	-	143.454,64
Aluguéis Manausprev- Edifício Garagem	125.106,00	529.712,00
TOTAL	125.106,00	673.166,64



NOTA 3. Variação Patrimonial Aumentativa – Financeiras, foram registrados valores decorrentes de Juros e Multas das contribuições pagas em atraso e dos parcelamentos.

AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2018	2017
Remuneração de Aplicações Financeiras	18.166.475,96	24.151.554,55
Aplicação em Segmento de Renda Fixa	72.395.519,38	86.599.423,87
Aplicação em Segmento de Renda Variável	52.009.033,21	30.519.060,88
Outas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.205.681,28	6.474.757,24
TOTAL	143.776.709,83	147.744.796,54



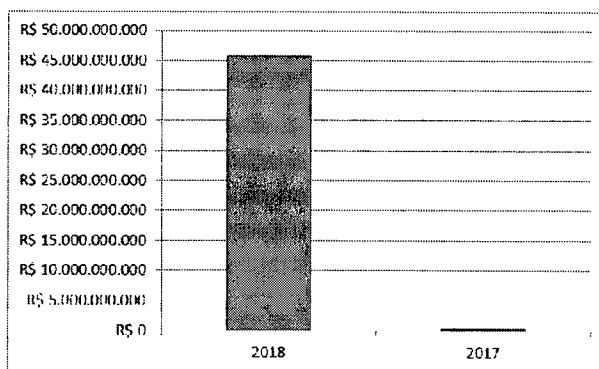
NOTA 4. Transferências Recebidas evidenciam os lançamentos com resgates dos investimentos, registros da taxa de administração, transferências de Curto Prazo para Longo Prazo, reclassificações contábeis, incorporação de saldos e de bens patrimoniais, em decorrência a abertura das Unidade Gestoras realizada no exercício corrente, conforme:

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2018	2017
--------------------------	------	------

Handwritten signatures and initials.



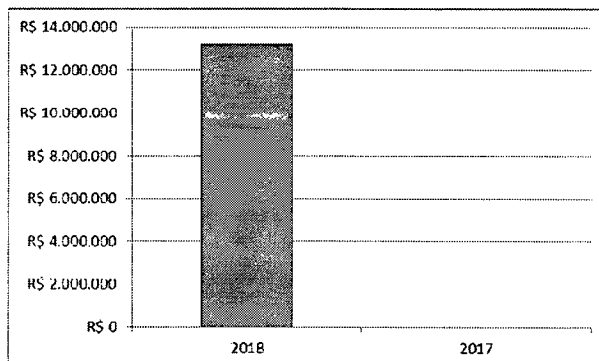
Transferências Financeiras Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	749.398.279,66	483.665.846,98
Transferências não Financeiras Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	58.164.638,12	28.191.268,18
Incorporação/Desincorporação de Saldos Não Financeiros	44.894.709.066,78	7.231,93
Incorporação/Desincorporação de Saldos Financeiros	53.230.863,21	0,07
Incorp/Desincorporação de Saldos de Contas de Controle	6.645.162,73	-
Incorporação de Saldos Não Financeiros - Bens Móveis	3.045.348,81	-
Incorporação de Saldos Não Financeiros - Bens Imóveis	178.626,70	-
Incorporação de Saldos Não Financeiros - Bens Intangíveis	2.564.364,85	-
(-) Deduções de Outras Receitas	(267.346,06)	-
Transferência Recebida para Aporte de Recursos para o RPPS	-	-
TOTAL	45.767.669.004,80	511.864.347,16



NOTA 5. Nos Ganhos com Ativos destacam-se a Reavaliação de Imobilizado e a Desincorporação de Passivos, os quais evidenciam a valorização de bens imóveis e as reversões de Reconhecimento de Despesas - RD de exercícios anteriores lançadas em duplicidade, cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores e reversão de depósitos de terceiros, respectivamente.

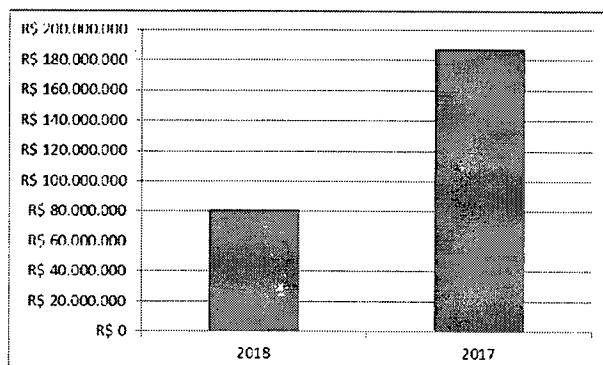
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	2018	2017
Reavaliação De Bem De Uso Especial	13.092.000,00	-
Outros Ganhos Com Incorporação de Bens	52,67	-
Desincorporação de Passivos	178.074,16	14.928,58
TOTAL	13.270.126,83	14.928,58

[Handwritten signatures]



NOTA 6. Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas demonstram valores referentes as restituições financeiras e compensação previdenciária conforme quadro a seguir:

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2018	2017
Restituições Descontadas em Folha de Pgto.	-	4.106.954,29
Restituições e Reposições em Folha de Pagamento de Restituição Previdenciária	-	1.682,37
Demais Recuperação de Despesa De Exercícios Anteriores	-	7.013,81
Indenizações e Restituições Diversas (Transferência Financeira)	6.639.695,47	6.295,59
Compensações Financeiras entre o Regime Geral	558.760,27	17.883,36
Reversão de Provisões	73.688.888,10	183.799.623,68
TOTAL	80.887.343,84	187.939.453,10



NOTA 7. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos, trata-se de valores de ressarcimento referentes a devoluções financeiras.

uei [assinatura] [assinatura]



NOTA 8. A Depreciação, Amortização e Exaustão representam a Depreciação acumulada dentro do exercício para os bens móveis pertencentes à Manausprev.

NOTA 9. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras são decorrentes dos lançamentos de baixa de Créditos Previdenciários a Receber e de Parcelamentos.

NOTA 10. As Transferências a Instituições Privadas evidenciam os lançamentos de despesas da bolsa auxílio dos estagiários.

NOTA 11. Desincorporação de Ativos registram a desincorporação (baixa) de Bens Móveis.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

De acordo com a elaboração das demonstrações contábeis da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08, e em cumprimento ao disposto nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, o Fluxo de Caixa permite a avaliação de capacidade para gerar equivalentes de caixa em situações de liquidez imediata e apresentam as entradas e saídas classificadas em fluxos operacionais, de investimentos e financiamentos. É elaborado pelo método direto e evidencia as operações que ocorrem na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

DFC – DEMONST.DO FLUXO DE CAIXA	2018	2017
Saldo em Espécie do Exercício Inicial	480.672.149,36	389.482.725,34
Caixa e Equivalente de Caixa INICIAL	480.646.839,85	389.467.253,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Inicial	25.309,51	15.472,28
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	211.069.421,05	91.342.366,10
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(52.220,45)	(152.942,08)
Saldo em Espécie do Exercício Final	691.689.349,96	480.672.149,36
Caixa e Equivalente de Caixa FINAL	691.659.984,47	480.646.839,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Final	29.365,49	25.309,51

MANAUS (AM), 31 DE DEZEMBRO DE 2018.


Marcela Moura De Sá
Contador CRC/AM 011713/O-2
Chefe de Setor – Contabilidade
Manaus Previdência


Lyvia Bekka Martins Guimarães
Diretora de Adm. e Finanças
MANAUS PREVIDÊNCIA


Silvano Vieira Neto
Diretor Presidente
MANAUS PREVIDÊNCIA